

Plano de Governo é extinguir o analfabetismo até 1976

O programa de alfabetização que o Governo federal lançará em novembro deste ano, através do Ministério da Educação e Cultura, tem uma meta que, se conseguida, será uma das maiores conquistas do País: em 1976 não haverá um brasileiro analfabeto, a não ser na população idosa e não produtiva.

Integrado na meta-homem do planejamento governamental, o programa de intensificação no combate ao analfabetismo partirá "da alfabetização funcional e atingirá os estágios básicos da educação de adultos, com a conjugação de vários programas".

DISTRIBUIÇÃO

No estudo básico feito pelo Departamento Nacional de Educação, afirma-se que na estimativa populacional deste ano há 23 milhões de brasileiros não escolarizados acima de dez anos, com 65% dos analfabetos vivendo na zona rural e 35% na zona urbana.

No Plano de Alfabetização Funcional e Educação de Adultos, serão somados vários esforços nas seguintes metas:

a) Os analfabetos de dez a 14 anos serão atraídos à escola primária, para integrar as classes especiais, dentro da obrigatoriedade escolar dos sete aos 14 anos. As classes buscarão reter o educando até o limite da obrigatoriedade, estendendo a ação da escola aos objetivos morais, sociais e econômicos, com o estímulo de práticas educativas e integração progressiva na comunidade.

b) Os analfabetos entre 15 e 29 anos, por meio de cursos especiais, com a duração de nove meses, admitida a seriação de dois a três anos para os que, entre 15 e 19 anos, não exerçam atividade profissional.

c) Os analfabetos de qualquer idade, através de quaisquer oportunidades que se lhes ofereçam, como melhoria de suas condições, em planos sistemáticos ou assistemáticos, inclusive missões culturais de penetração.

d) Os adultos em geral, aos quais se oferecerão cursos de continuação e léguas as modalidades de educação assistemática.

Como solução a longo prazo, a campanha pela escolaridade comum, entre os sete e 14 anos, receberá os maiores estímulos do MEC, como "o caminho definitivo para a extinção futura de analfabetismo, se a obrigatoriedade escolar for cumprida rigorosamente naquela faixa". Todos os recursos de sentido de mobilizar a opinião pública para tal fim serão empregados, ao mesmo tempo que a assistência financeira da União para assegurar aos Estados suplementação de auxílios.

Com o desdobramento do plano, o Ministério da Educação e Cultura estimulará e dará auxílio às experiências em curso, sejam de iniciativa privada, sejam dos Estados ou municípios, desde que: a) comprovada a qualidade dos métodos e a idoneidade dos projetos e programas; b) compatível o auxílio com os recursos disponíveis.

Procurar-se-á também levar aos analfabetos noções de higiene, noções elementares quanto à maternidade, puericultura e educação familiar, alimentação e educação alimentar, e noções e prática de socorros urgentes. Educação física e esportes serão ao mesmo tempo complementação do ensino básico e recreação, como processo psicológico e de integração social. Habilidades caseiras e recreação no âmbito do lar, contribuindo na permanência no grupo.

A tarefa do Ministério da Educação partirá de um plano piloto para cada Capital de Estado, acompanhado por processos rigorosos de avaliação.

As metas dos programas são: atingir à escola comum os analfabetos entre dez e 14 anos; promover classes especiais; proporcionar em menor escala cursos de continuação e instalar centros de integração social, para sociabilidade de adultos e fixação de hábitos adquiridos.

O CUSTO

O plano fixou o custo da alfabetização funcional e educação de adultos em NCr\$ 100,00 (cem mil cruzeiros antigos) por aluno, levando em consideração, além dos cálculos precedidos, o custo revelado pela UNECCO, na base de US\$ 38,00.

Estabelecerá, ante a impossibilidade de atacar de pronto os 23 milhões de analfabetos, prioridades em relação à ação sistemática, sem desconsiderar os movimentos em experiência, os quais proseguirão segundo os seus resultados.

A prioridade número um se relaciona às condições socioeconômicas do Município, dando

preferência aos que ofereçam melhores condições de utilização de efeitos obtidos pelos educandos e maiores possibilidades em relação ao desenvolvimento nacional.

A prioridade número dois se faz nas faixas etárias que congregam idades vitais ao pleno uso das técnicas e práticas atendidas e ao desenvolvimento do País. Em consequência, a ação sistemática começará em relação à faixa etária entre dez e 29 anos, de cada município — Capital de Estado ou Território, motivando para cada Estado ou Território um plano-piloto.

A ação sistemática será descentralizada, atribuindo a execução aos Estados, Municípios e entidades privadas, na forma estabelecida pelo Convênio.

Para o atendimento da população na faixa etária de dez a 14 anos, será feito escalonamento, reservada a cada qual a tarefa correspondente a educação de 2 500 000 analfabetos. O atendimento da faixa etária acima de 30 constituirá o objeto de um segundo plano quinquenal.

O primeiro exercício terá as seguintes despesas: a) custo básico de NCr\$ 100,00 (cem mil cruzeiros antigos) para uma população de 2 000 000 de adultos entre 15 e 19 anos, no total de NCr\$ 200 milhões (duzentos bilhões de cruzeiros antigos); b) custo básico de NCr\$ 50,00 (cinquenta mil cruzeiros antigos) para a incorporação à escola comum de 500 mil analfabetos entre dez e 14 anos, no total de NCr\$ 25 milhões (vinte bilhões de cruzeiros antigos); c) custo básico de NCr\$ 33,00 (trinta e três mil cruzeiros antigos) para 500 mil alunos de Rádio-Escola, TV-Escola e outras organizações em qualquer idade, no total de NCr\$ 16 500 000,00 (dezesseis bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros antigos); d) 1% para administração federal, NCr\$ 2 415 000,00 (dois bilhões, quatrocentos e quinze milhões de cruzeiros antigos) e 1% para material audiovisual e impressão de livros, com a mesma importância.

O total de despesas para o primeiro exercício é, portanto, de NCr\$ 246 330 000,00 (duzentos e quarenta e seis bilhões, trezentos e trinta milhões de cruzeiros antigos).

PRIMEIRO PLANO

As estimativas para o primeiro plano quinquenal, "salvo correção monetária", relativo a 12 milhões de analfabetos, são de NCr\$ 231 650 000,00 (duzentos e trinta e um bilhões, seiscentos e cinquenta milhões de cruzeiros antigos). Igual estimativa corresponderá ao segundo plano quinquenal, que tem a meta de alfabetizar 11 752 889 pessoas acima de 30 anos.

O seguinte cronograma foi estabelecido, em princípio, para este ano: junho, apresentação do estudo básico; julho, instalação dos grupos federais de coordenação; agosto, instalação das equipes federais nos Estados e Territórios; setembro, apresentação dos cadernos básicos para os cursos; outubro, apresentação do material áudio-visual; novembro, lançamento do programa, e dezembro, início do treinamento trimestral do magistério local para execução dos planos-piloto.

O Programa de Alfabetização do atual Governo admite, nos primeiros cinco anos, a extinção do analfabetismo na faixa

de dez a 29 anos, e em 1976 a extinção completa do analfabetismo no Brasil.

PROGRAMAS ESPECIAIS:

Os programas especiais de alfabetização, conjugados ao plano, serão feitos pelas entidades: Alfabetização no Exército, Centro de Orientação de Proteção Comunitária (CO-PROC), Legião Brasileira de Assistência, Movimento de Educação de Base, Universidade do Rio Grande do Norte (URUTAC), Circulos Femininos, Cruzada ABC, Cruzada Nacional de Educação, Liga de Defesa Nacional e TEVE-Escola.

O MEC dará assistência a Estados e Territórios, através de equipe federal, planos-piloto, assistência financeira e assistência técnica; a iniciativa privada, através de programa específico; rádio e tevê, campanhas diversas e clubes, centros e outras entidades; ao magistério, através de recrutamento e adestramento, adestramento em técnicas e práticas, adestramento em audiovisual e colaboração das universidades e escolas normais; para material de ensino, através de estudos, elaboração direta, estímulo à produção privada e distribuição.

correção da moeda
22/07/67

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Instalou-se, no Gabinete do ministro da Educação, o grupo de trabalho incumbido pelo artigo 5.º, do Decreto que dispõe sobre a alfabetização de adultos, através da TV de promover, dentro de 60 dias, a organização da rede em face do horário adequado e providenciar o início da programação prevista. Esse grupo é composto dos professores Celso Kelly, diretor do DNE; Gilson Amado, presidente da Fundação TV-Educativa; João Calmon, presidente da ABERT e general Taunhy Drumond Coelho dos Reis. A primeira reunião foi marcada para o dia 2 de outubro, no Conselho Federal de Educação.